

SIMULADO **2ª FASE**

XXVII EXAME DE ORDEM DA OAB

DIREITO TRIBUTÁRIO



Estratégia
OAB

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

A pessoa jurídica X, situada no Estado Z, dedica-se ao ramo de comercialização de gêneros alimentícios em geral. Em outubro de 2015 enviou 10.000 caixas de óleo de soja à sua filial, situada no mesmo Estado, emitindo nota fiscal de simples remessa, deixando de efetuar, assim, o recolhimento do ICMS. Ocorre que empresa X sofreu fiscalização estadual e como resultado teve contra si lavrado Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM por falta de recolhimento do ICMS incidente nessa operação, que, segundo o fisco estadual, encontra-se devidamente prevista no art. 12, inciso I, da Lei Complementar nº 87/1996, reproduzido na respectiva legislação estadual. A empresa, que não quer ficar sem certidão de regularidade fiscal, pois está começando a participar de licitações públicas, foi notificada do AIIM há 5 (cinco) meses.

Na qualidade de advogado(a) da empresa X, apresente a peça processual cabível para a defesa dos seus interesses, empregando todos os argumentos e fundamentos jurídicos cabíveis. **(Valor: 5,0)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

QUESTÃO 1

A Fundação ABC, instituição de assistência social sem fins lucrativos e imune à incidência de impostos, deseja aumentar a quantidade de atendimentos sem contratar, no entanto, novos empregados. Para alcançar esse objetivo alugou um dos imóveis de sua propriedade, que passou a ser utilizado como um estacionamento pelo locatário, sendo que a renda do aluguel vem sendo inteiramente revertida às finalidades essenciais da entidade. Ocorre que essa entidade pretende efetuar o pagamento de participação nos resultados aos seus empregados, mediante o atingimento de metas de atendimento, como forma de estimulá-los à maior produtividade.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) O imóvel alugado continua imune à incidência do IPTU? **(Valor: 0,60)**

B) O pagamento de participação nos resultados aos empregados pode comprometer a imunidade tributária da entidade? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

QUESTÃO 2

Por meio da Lei Federal nº 1/2014, a União concedeu isenção total de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados pelo prazo de 20 (vinte) anos às empresas que se estabelecerem na Região Norte do país e que criarem, no mínimo, 500 (quinhentos) novos postos de trabalho. Por ter cumprido esses requisitos legais a pessoa jurídica Alfa vem fruindo do benefício fiscal desde janeiro de 2016, quando deixou de efetuar o recolhimento do IPI e de escriturar o correspondente livro fiscal. A empresa foi recentemente autuada pelo fisco federal por falta de escrituração de livro fiscal obrigatório (do IPI), na mesma época em que obteve a informação, em jornal de grande circulação, de que a União pretende revogar a referida isenção, como forma de aumentar as suas receitas e alcançar, com isso, o almejado equilíbrio fiscal.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) A autuação fiscal está correta? **(Valor: 0,60)**

B) A isenção em questão pode ser livremente revogada? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

QUESTÃO 3

Rita, Bárbara e Angélica constituíram, no ano de 2010, a pessoa jurídica denominada Três Estrelas Prestação de Serviços de Consultoria Ltda., com sede no Município M. Ficou estabelecido no contrato social que Bárbara responderia como sócia-gerente (administradora) da sociedade. Tempos depois Rita decidiu retirar-se da sociedade e, por meio de alteração contratual lavrada e arquivada perante a Junta Comercial em 10/04/2015, ela – Rita – transferiu todas as suas cotas sociais para Angélica. Ocorre que em 15/12/2016 o fisco municipal inscreveu em dívida ativa débitos tributários de ISS – Imposto sobre Serviços devidos e não pagos pela empresa em questão, no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em razão de fatos geradores ocorridos nos exercícios de 2013 e 2014, indicando Rita e as demais sócias como responsáveis tributárias na correspondente Certidão de Dívida Ativa – CDA. A Execução Fiscal foi ajuizada e Rita acabou de receber a citação. Ao procurar o fisco municipal Rita foi informada que a sua inclusão na CDA como responsável tributário decorreu unicamente da dissolução da empresa que, procurada no seu endereço cadastral, não foi encontrada em funcionamento, apesar de manter seu CNPJ e inscrição municipal ativos.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) A dissolução da empresa, assim como foi feita, pode ensejar a responsabilidade tributária de sócio? **(Valor: 0,60)**

B) A responsabilização de Rita pelo pagamento do imposto está correta? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

QUESTÃO 4

A pessoa jurídica X deixou de declarar e recolher o ICMS devido no exercício de 2014. Após regular procedimento de fiscalização o fisco estadual exigiu, em Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM, a cobrança do imposto calculado pela alíquota de 18% e da multa punitiva calculada pela alíquota de 50% sobre o imposto não declarado e pago, conforme previsão contida na Lei Estadual nº 2, de 10/09/2015, publicada nessa mesma data. Anteriormente vigorava a Lei Estadual nº 1, de 17/07/2012, que fixava a alíquota do imposto em 20% e a alíquota da multa em 75%. A autuada apresentou, tempestivamente, impugnação administrativa ao AIIM, que ainda pende de decisão definitiva. Ocorre que a empresa X está precisando de uma certidão de regularidade fiscal referente a tributos estaduais, tendo em vista que participará de uma licitação pública.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) Os percentuais do imposto e da multa indicados no AIIM estão corretos? **(Valor: 0,60)**

B) A contribuinte tem à obtenção de certidão de regularidade fiscal? **(Valor: 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.